

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 11/10/2018

- [Vítimas de violência doméstica terão prioridade em atendimento no IML](#)
- [Crianças que sofrem abusos ficam com marcas no DNA, diz estudo](#)
- [Universidades particulares terão disciplina sobre primeira infância](#)
- [Deputada defende revisão do teto de gastos para garantir investimentos em políticas voltadas à infância](#)
- [Violência doméstica afeta crianças, alerta coordenadora judicial de RR](#)

Assunto: Vítimas de violência doméstica terão prioridade em atendimento no IML

Fonte: Portal Andi

Data: 11/10/2018



Vítimas de violência doméstica ou familiar poderão, a partir de agora, ser atendidas com prioridade ao realizar exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal (IML). O direito ao atendimento prioritário, que se estende a mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, foi autorizado com a sanção da Lei nº 13.721/2018, publicada no Diário Oficial da União na última quarta-feira (3).

De autoria do deputado federal Sandes Júnior (PP-GO), a nova lei foi pensada, inicialmente, como forma de garantir um acolhimento mais humanizado a mulheres vítimas de violência de gênero, reforçando a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Após modificações durante a tramitação no Congresso Nacional, o texto final acabou incluindo outros grupos populacionais considerados vulneráveis.

De acordo com o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941), atualizado com a lei agora sancionada, o exame de corpo de delito deve ser feito por um perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na ausência de um profissional com esse perfil, a orientação é de que duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame, realizem o procedimento.

A vítima tem direito de realizar o exame em qualquer dia e a qualquer hora. A legislação prevê que o laudo contendo o resultado da perícia deve ser emitido em, no máximo, dez dias, prazo que pode ser prorrogado mediante justificativa do perito responsável.

Assunto: Crianças que sofrem abusos ficam com marcas no DNA, diz estudo

Fonte: Portal Andi

Data: 11/10/2018



Crianças que sofrem abuso sexual, físico e emocional podem apresentar não apenas cicatrizes físicas e psicológicas, mas também genéticas. Um estudo feito pelas universidades British Columbia, no Canadá, e Harvard, nos Estados Unidos, revela ainda que a marca genética é tão profunda que produz alteração no DNA e pode, ao menos em tese, ser transmitida para gerações futuras.

Há tempos, especialistas sabem que vítimas de abusos na infância carregam por toda vida os danos emocionais decorrentes do trauma. Mas queriam checar se o dano poderia chegar aos genes. O trabalho, publicado na *Translational Psychiatry*, foi baseado na comparação de marcadores químicos presentes no DNA de 34 homens adultos que haviam sofrido diferentes tipos de abuso.

As alterações constatadas no DNA são criadas por um processo chamado metilação. Segundo os autores do estudo, a melhor metáfora é imaginar que ele funciona como uma espécie de interruptor do tipo dimmer nos genes, determinando em que grau um gene em particular é ativado ou não. Os mecanismos de "ligar" e "desligar" genes são estudados no campo da epigenética. Acredita-se que há uma forte influência de fatores externos, relacionados ao ambiente e às experiências de vida, na expressão genética.

De acordo com os especialistas, as pessoas expostas a abusos continuados apresentam uma liberação acima da média do hormônio cortisol, o chamado hormônio do estresse. Originalmente, ele é liberado para induzir uma resposta imediata do organismo e foi muito útil aos nossos ancestrais para escapar de predadores. O nível do cortisol cai imediatamente quando o perigo se dissipa. Porém, em casos de abusos continuados, a liberação excessiva do hormônio provoca as alterações genéticas - as metilações fora de padrão.

Os cientistas decidiram buscar por sinais de metilação em espermatozoides, na premissa de que o estresse na infância deixaria marcas genéticas que poderiam até ser repassadas aos descendentes, como já havia sido demonstrado em estudo com animais.

— Os resultados encontrados em camundongos foram assustadores. Filhotes de roedores submetidos a choques herdaram dos pais as marcas genéticas e apresentavam reações de medo quando achavam que seriam submetidos a uma descarga elétrica. — contou a coautora do estudo, Nicole Gladish, da British Columbia.

Os cientistas encontraram uma diferença significativa na metilação de vítimas e não vítimas de abuso em 12 regiões dos genomas. O estudo não demonstra consequências a longo prazo. O que se sabe até agora, diz Nicole, é que as alterações afetaram genes ligados à função cerebral e ao sistema imunológico.

Evidências

Para a geneticista Lygia da Veiga Pereira, da Universidade de São Paulo (USP), os resultados vêm "se somar a uma série de evidências obtidas nos últimos anos de que experiências que a gente vive modificam nosso DNA".

— É um trabalho interessante, que pela primeira vez mostra que há alteração no espermatozoide. Mas tem limitações, como ter avaliado um número pequeno de indivíduos. É uma primeira evidência, mas ainda não sabemos o que ela pode representar — diz a geneticista.

Assunto: Universidades particulares terão disciplina sobre primeira infância

Fonte: Portal Andi

Data: 11/10/2018



Universidades particulares terão disciplina sobre desenvolvimento infantil em cursos da área de saúde, pedagogia, psicologia e serviço social. O anúncio foi feito na última quarta-feira (3), pela Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

A disciplina foi desenvolvida pela Anup em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e é fruto de acordo firmado entre Anup, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social. A Anup foi procurada pelo governo para que contribuísse com ações voltadas para a primeira infância.

"A forma mais efetiva [de contribuir] era deixar um legado e colocar dentro dos cursos de formação dos professores de maneira que todos os professores saibam da importância desse período que vai de 0 a 6 anos", diz a vice-presidente da Anup, Elisabeth Guedes.

A Anup reúne atualmente 185 instituições de ensino particulares associadas com mais de 2 milhões de alunos de graduação. Dessas, 166 instituições já declararam interesse em participar da iniciativa. Para estimular a adesão das instituições, a entidade desenvolveu um selo, Programa Instituição Parceira da Primeira Infância, que vai reconhecer iniciativas nas áreas de responsabilidade social.

A intenção é que a disciplina resulte também em serviços de atendimento à comunidade, incluindo as famílias do programa Criança Feliz, promover capacitações e estágios para os visitantes dos municípios participantes do programa.

"Para a solução ser duradoura e definitiva, precisamos investir na primeira infância porque qualquer investimento na primeira infância vai melhorar todos os indicadores da educação básica e a vida daquelas crianças", disse o ministro da Educação, Rossieli Soares, presente no anúncio da nova disciplina.

Criança Feliz

Também estavam presentes no anúncio o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame e a primeira-dama, Marcela Temer. O governo lançou em 2016 o programa Criança Feliz, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de crianças até 3 anos de idade. As famílias recebem visitas frequentes e são orientadas a como estimular essas crianças.

Segundo Beltrame, 2,7 mil municípios aderiram ao programa e as visitas domiciliares são realizadas em 2,3 mil cidades, atendendo a 400 mil crianças e gestantes semanalmente.

"A nossa intenção é que esse programa seja da sociedade brasileira, de estado e não de governo. É esse legado que queremos deixar para o próximo governo, seja ele quem seja. Estamos prontos para passar o bastão com a ideia firme que é um programa defensável e que ele é absolutamente essencial para a superação da pobreza e para o melhor desenvolvimento da criança e, sobretudo, a melhora da sociedade brasileira", disse Beltrame.

Informações detalhadas sobre a disciplina, para que seja colocada em prática, serão disponibilizadas no site da Anup e poderão ser usadas por qualquer instituição de ensino superior.

Assunto: Deputada defende revisão do teto de gastos para garantir investimentos em políticas voltadas à infância

Fonte: Agência Câmara

Data: 11/10/2018



O marco legal mais importante para a infância brasileira é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), norma que já foi modificada mais de 50 vezes, desde que entrou em vigor em 1990.

A coordenadora da Frente Parlamentar Mista de promoção e Defesa da Criança e do Adolescente, deputada Maria do Rosário (PT-RS), acredita que o Brasil já tem normas suficientes para proteger as crianças e adolescentes.

Ela defende um avanço nessa pauta específica, alterando a emenda constitucional do Teto de Gastos Públicos (EC 95), que congelou o Orçamento por 20 anos.

“Ainda vamos ter de revisar, refazer aquela Emenda Constitucional 95, porque na medida em que ela congelou os recursos da educação, da saúde, ela também congelou os recursos da assistência, da segurança pública, do atendimento às famílias. E isso tudo é uma perda enorme”, disse a deputada. “Nós não podemos ficar com o Orçamento [da União] fechado quando se trata das novas gerações ou das gerações atuais, que são crianças que serão os adultos responsáveis pelo Brasil.”

Orçamento Criança

No Brasil, 6 de cada 10 crianças e adolescentes estão em situação de risco: ou porque não têm renda suficiente, ou porque não estão na escola, ou porque estão numa moradia que não é adequada, com três pessoas por cômodo, por exemplo.

Diversas instituições públicas como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e organizações não governamentais como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) defendem prioridade para as crianças e adolescentes no Orçamento público.

O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Luís Carlos Martins Alves Júnior, considera positiva essa medida.

"Ela atende ao comando contido no artigo 227 da Constituição Federal para dar absoluta prioridade às crianças e adolescentes e dos jovens. Seria uma decisão política importante por parte do Estado brasileiro, por parte da nossa sociedade", afirmou. "Se a sociedade brasileira resolver verdadeiramente, de modo consistente, abraçar a causa da criança, a gente vai ter um futuro muito melhor. Investir na criança de hoje, proteger a criança hoje é proteger o nosso futuro, é viabilizar o nosso futuro," concluiu.

Na Câmara, um projeto de lei (PL 7676/17), da ex-deputada Creuza Ferreira, cria o Orçamento Criança. A proposta será analisada por três comissões permanentes. Caso aprovada, seguirá para análise do Senado.

Assunto: Violência doméstica afeta crianças, alerta coordenadora judicial de RR

Fonte: CNJ

Data: 11/10/2018



Na semana em que é comemorado o dia das crianças, a Coordenadoria Estadual de violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de Roraima, faz um alerta a sociedade acerca da importância de se discutir políticas públicas e campanhas de sensibilização, sobre o tema “filhos da violência doméstica: e os efeitos negativos no seu desenvolvimento físico, social e emocional”. Conforme estatística do setor, no 1º semestre de 2018 das 355 Medidas Protetivas analisadas, foi possível identificar que em 181 casos de violência registrados, o casal tinha filhos. Destes, 40% ocorreram dentro do ambiente familiar, sendo que o principal ofensor da mulher é o marido ou ex-companheiro.

A doutora em Direito Penal de São Paulo, Alice Bianchini, ressalta que embora a sociedade não tolere a violência contra a criança, ainda é muito tolerante em relação à violência contra a mulher. “Isso é um contrassenso, pois a violência contra a mulher também é uma violência contra o filho” e lembrou que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) não é destinada apenas à mulher e ao agressor, mas também aos filhos e demais familiares e às testemunhas. Aurilene Moura, pedagoga e coordenadora das ações de combate a violência doméstica e familiar, enfatiza que “crescer em um ambiente abusivo pode afetar criticamente o progresso do desenvolvimento humano, de tal maneira que o efeito acumulado pode ser levado à idade adulta e contribuir para a perpetuação do ciclo da violência. Qualquer criança que vive em um ambiente com violência ou ameaça de violência é uma criança que precisa de proteção” afirmou.